

Sidney Guerra

Curso de Direito Internacional Público

13ª edição
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Iris Ferrão
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Estela Janiski Zumbano Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuq
Diagramação	SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão	Carmem Becker
Capa	Herbert Junior
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

G934c

Guerra, Sidney

Curso de direito internacional público / Sidney Guerra.
13. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
816 p.

ISBN: 978-65-5559-468-1

1. Direito. 2. Direito internacional público. I. Título.

2020-2893 CDD 341.1
COU 341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional público 341.1
2. Direito internacional público 341

Data de fechamento da edição: 7-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9 610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL

CAE

Sumário

<i>Sobre o autor</i>	9
<i>Prefácio</i>	23
<i>Nota à 13ª edição</i>	25

PARTE I

PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais	29
2. Antecedentes e Conceito de Sociedade Internacional	33
3. Características	38
3.1. Universal	38
3.2. Aberta	39
3.3. Descentralizada	39
3.4. Paritária	40
4. Os Atores na Ordem Jurídica Internacional	41
4.1. O Estado	42
4.2. As organizações internacionais	43
4.3. A pessoa humana	43
4.4. As empresas transnacionais	44
4.5. A Santa Sé	46
4.6. Os beligerantes e insurgentes	47
4.7. A Cruz Vermelha	48
4.8. A Ordem de Malta	50
4.9. As organizações não governamentais	50
4.9.1. Considerações gerais	50

CAPÍTULO II

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da Norma Jurídica	59
2. O Direito Internacional Público – Conceito	63
3. A Norma Internacional	67
4. Fundamento do Direito Internacional	70
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional	73
5.1. Dualismo	75
5.2. Monismo	77
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno	77
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional	78

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações Gerais	81
2. A Previsão das Fontes do DIP	82
3. Tratados	83
3.1. Considerações gerais	83
3.2. Conceito e características	84
a) Acordo internacional entre Estados	84
b) Celebrado por escrito	84
c) Regido pelo Direito Internacional	85
d) Qualquer que seja sua denominação	85
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	86
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais	87
a) Capacidade das partes	87
b) Habilitação dos agentes signatários	87
c) Objeto lícito e possível	88
d) Consentimento mútuo	89
3.4. Classificação	90
3.4.1. Classificação subjetiva	91
3.4.2. Classificação material	91
3.4.3. Classificação formal	92
3.5. Fundamento e efeitos	92
3.6. Forma	93
3.6.1. Fases da elaboração dos tratados	93
a) Negociação	93

b) Redação do texto.....	94
c) Assinatura do texto.....	96
d) Ratificação.....	98
e) Promulgação.....	100
f) Publicação.....	100
g) Registro.....	100
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias.....	101
3.8. Fim dos tratados.....	102
4. O Costume Internacional.....	105
5. Princípios Gerais do Direito.....	112
5.1. Noções gerais.....	112
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público.....	114
6. Doutrina, Jurisprudência e Equidade (Elementos Auxiliares).....	117
7. Ato Unilateral.....	120
8. As Resoluções das Organizações Internacionais.....	123

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito.....	129
2. Elementos Constitutivos do Estado.....	131
3. Classificação dos Estados.....	136
3.1. Estados simples.....	136
3.2. Estados compostos.....	137
3.2.1. Estados compostos por coordenação.....	137
a) Federação de Estados.....	137
b) Confederação de Estados.....	139
c) União de Estados.....	140
3.2.2. Estados compostos por subordinação.....	140
a) Estado vassalo.....	140
b) Protetorado.....	141
c) Estados exíguos.....	141
d) Estados clientes.....	142
e) Estados satélites.....	142
f) A <i>Commonwealth</i>	142
4. Nascimento do Estado.....	143

5. Reconhecimento de Estado e Governo.....	144
6. Sucessão e Extinção de Estados	149
a) Bens do Estado	153
b) Legislação e tratados	154
c) Nacionalidade	155
7. Direitos dos Estados	156
7.1. Direito à igualdade	158
7.2. Direito ao respeito mútuo.....	159
7.3. Direito à conservação e proteção	160
7.4. Direito ao comércio internacional.....	160
8. Deveres dos Estados	161
8.1. A não indiferença	165
8.2. A não intervenção	168
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago.....	170
9. Restrições aos Direitos dos Estados.....	171
9.1. Imunidade de jurisdição.....	172
9.2. Servidão	173
9.3. Arrendamento do Território	174
9.4. Neutralidade permanente	175
9.5. Neutralidade de Território.....	175
10. Responsabilidade dos Estados	176
10.1. Noções gerais	176
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	178
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	180
a) Atos do Executivo	180
b) Atos do Legislativo.....	181
c) Atos do Judiciário	181

CAPÍTULO V

AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções Gerais	185
2. Os Agentes Diplomáticos.....	189
a) A inviolabilidade diplomática	192
b) Imunidade de jurisdição	193
c) Isenção de impostos	194
3. Os Agentes Consulares	195

CAPÍTULO VI

ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações Gerais.....	201
2. Domínio Terrestre.....	202
3. Domínio Fluvial e Lacustre.....	204
4. Domínio Aéreo.....	207
4.1. A regulamentação do espaço aéreo no Direito Internacional.....	208
5. Domínio Marítimo.....	212
5.1. Mar territorial.....	215
5.2. Zona contígua.....	219
5.3. Zona econômica exclusiva.....	220
5.4. Plataforma continental.....	222
5.5. Fundo marinho.....	224
5.6. Alto-mar.....	226
6. Regiões Polares.....	231
6.1. A Antártica.....	231
6.2. O Ártico.....	235
7. O Desafio Brasileiro: a Amazônia Azul.....	237

PARTE III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes.....	243
2. Conceito e características.....	255
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional.....	257
2.2. Ato institutivo internacional.....	258
2.3. Personalidade internacional.....	259
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios.....	261
3. Os atos Praticados pelas Organizações Internacionais.....	261
3.1. A possibilidade de celebrar tratados.....	262
3.2. Imunidades e privilégios.....	263
3.3. O direito de legação.....	266
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais.....	266
4. Classificação.....	269
4.1. Quanto às finalidades.....	270

4.2. Quanto à extensão.....	270
4.3. Quanto à duração.....	271
4.4. Quanto à admissão.....	272
5. Direitos e Financiamento.....	272
6. Sucessão das Organizações Internacionais.....	275

CAPÍTULO VIII

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações.....	279
2. A Criação da Organização das Nações Unidas e seus Objetivos.....	290
3. Os Membros.....	295
4. Os Órgãos da ONU.....	298
4.1. Assembleia Geral.....	298
4.2. Conselho de Segurança.....	301
4.3. Secretaria-Geral.....	303
4.4. Corte Internacional de Justiça.....	306
4.5. Conselho Econômico e Social.....	310

CAPÍTULO IX

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações Gerais.....	313
2. A Organização Internacional do Trabalho.....	315
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	319
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.....	321
5. A Organização Mundial da Saúde.....	323
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.....	325
6.1. O Banco Mundial.....	325
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.....	326
6.2. O Fundo Monetário Internacional.....	327
7. Organização da Aviação Civil Internacional.....	329
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações.....	329
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	330
8.2. A União Internacional de Telecomunicações.....	331
9. Organização Meteorológica Mundial.....	334
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	335
11. Organização Mundial do Turismo.....	339

12. Organização Marítima Internacional.....	342
13. Organização Mundial do Comércio	346

CAPÍTULO X

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1. Considerações Gerais.....	353
2. Princípios da OEA	360
3. Membros	362
4. Direitos e Deveres.....	363
5. A Estrutura Orgânica da OEA.....	364
5.1. Assembleia Geral.....	364
5.2. Reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores	365
5.3. Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral)	366
5.3.1. Conselho Permanente	367
5.3.2. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.....	367
5.4. Comissão Jurídica Interamericana	368
5.5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	368
5.6. Secretaria-Geral.....	368
5.7. Conferências Especializadas	369
5.8. Organismos Especializados.....	369
5.8.1. Organização Pan-Americana da Saúde.....	370
5.8.2. Instituto Interamericano da Criança.....	370
5.8.3. Comissão Interamericana de Mulheres.....	370
5.8.4. Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	370
5.8.5. Instituto Indigenista Interamericano	370
5.8.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.....	371
6. O Sistema de Proteção dos Direitos Humanos	371

CAPÍTULO XI

INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As Fases de Integração Regional	377
2. Breve Notícia Histórica do Processo de Integração Regional na América Latina....	383
3. O Mercosul.....	386
4. A Cooperação Judiciária do Mercosul	392

PARTE IV
O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII
NACIONALIDADE

1. Noções Gerais	397
2. Critérios Atributivos da Nacionalidade	404
a) <i>Jus soli</i> (direito do solo)	404
b) <i>Jus sanguinis</i> (direito do sangue)	404
c) Sistema misto	405
3. Formas de Aquisição da Nacionalidade	406
4. Perda da Nacionalidade	410
5. Polipátrida e Apátrida.....	413
6. Efeitos da Naturalização	414

CAPÍTULO XIII
A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS MIGRANTES NO BRASIL

1. Considerações Gerais.....	419
2. Nacionalidade, Estrangeiro e o Migrante.....	421
a) Imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.....	422
b) Emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.....	423
c) Residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho ...	424
d) Visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.....	425
e) apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro	426
3. A Lei de Migração no Brasil	426
4. A Admissão e a Retirada Compulsória do Migrante	432
5. A Extradicação.....	441

CAPÍTULO XIV
O DIREITO DE ASILO

1. Noções Gerais	449
2. Natureza Jurídica do Asilo	450
3. O Asilo Territorial	452
4. O Asilo Político	454
5. O Direito de Asilo na Lei n. 13.445/2017 e no Decreto n. 9.199/2017	458

CAPÍTULO XV
O REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	461
2. Breves Antecedentes	463
3. O Conceito de Refugiado à Luz do Direito Internacional	465
4. A Situação Atual no Mundo, em Conformidade com Relatório Produzido pelo ACNUR.....	468
4.1. Crianças são a metade	469
5. Considerações Finais.....	472

PARTE V
CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO XVI
MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações Gerais.....	477
2. Meios Diplomáticos.....	478
2.1. Negociação.....	479
2.2. Congressos e conferências	480
2.3. Bons ofícios.....	481
2.4. Mediação.....	481
2.5. Conciliação	483
3. Meios Jurídicos.....	484
4. Meios Políticos	488
5. Meios Coercitivos	489
5.1. Retorsão	490
5.2. Represálias	490

5.3. Embargo	490
5.4. Boicote	491
5.5. Rompimento das relações diplomáticas	491

CAPÍTULO XVII

A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais.....	493
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa.....	495
3. Conceito de Guerra Defensiva x Guerra Ofensiva	499
4. A Guerra no Século XX: Algumas Impressões	501
5. Conceito de <i>Jus Contra Bellum</i>	504
6. O Uso da Força e a Legítima Defesa.....	506
7. O Sistema de Segurança Coletiva.....	509

CAPÍTULO XVIII

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações Gerais.....	511
2. Antecedentes Históricos	512
3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	514
4. Guerra ou Conflito Armado?	516
5. A Intervenção Humanitária.....	519
6. Direito de Haia	524
7. Direito de Genebra	526
8. Direito de Nova Iorque.....	526
9. As Normas de Direito Internacional Humanitário e sua Aplicação, Controle e Sanções.....	527

PARTE VI

TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XIX

GLOBALIZAÇÃO

1. Breve Notícia Histórica	535
2. Conceito.....	540
3. Efeitos Provenientes da Globalização.....	545
4. Forças Poderosas que Impulsionam a Globalização	550
5. O Impacto da Globalização sobre os Direitos Sociais	553

CAPÍTULO XX
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes Históricos	557
2. A Pessoa Humana como Sujeito de Direito Internacional.....	567
3. Os Direitos Humanos no Plano Universal.....	575
4. Os Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional.....	589
5. Direitos Humanos e Cosmopolitismo	600
6. A Onda Geracional dos Direitos Humanos	603

CAPÍTULO XXI
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações Gerais.....	613
2. O Sistema Europeu.....	615
3. O Sistema Americano	626
4. O Sistema Africano.....	647

CAPÍTULO XXII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações Gerais.....	655
2. Conceito de Meio Ambiente	656
3. A Ideia de Justiça Ambiental.....	660
4. Breves Antecedentes na Formação do Direito Internacional Ambiental.....	664
5. Alguns Temas Contemplados pelo Direito Internacional Ambiental.....	668
5.1. Atmosfera e Clima.....	670
5.2. Rios Transfronteiriços, Lagos e Bacias	671
5.3. Os Mares e Oceanos	672
5.4. A Fauna e a Flora	674
6. Alguns Marcos Importantes para o Direito Internacional Ambiental	676
6.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972.....	676
6.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992	680
6.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002	687
6.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012	690
7. Comércio Internacional e Meio Ambiente.....	692
8. O “Refugiado” Ambiental.....	699
9. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma Grande Necessidade	707

CAPÍTULO XXIII

CENÁRIOS DE CATÁSTROFES NA SOCIEDADE GLOBAL DE RISCO E SUA TUTELA JURÍDICA: FUNDAMENTOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES

1. Considerações Gerais.....	713
2. O Direito das Catástrofes.....	714
3. Possíveis Cenários de Catástrofes na Arena Internacional.....	723
3.1. Meio ambiente.....	723
3.2. Crises econômicas.....	734
3.3. A pandemia do coronavírus.....	735
4. À Guisa de Conclusão Inacabada.....	742

CAPÍTULO XXIV

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações Gerais.....	745
2. As Correntes Doutrinárias sobre os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	747
2.1. Natureza supraconstitucional.....	747
2.2. Natureza constitucional.....	752
2.3. Natureza de lei ordinária.....	757
2.4. Natureza supralegal.....	762
3. A Valorização dos Direitos Humanos no Brasil.....	765
4. Direitos Formais e Materialmente Fundamentais e a Abertura Material dos Direitos Fundamentais na Ordem Constitucional Brasileira.....	768
5. Dimensões Procedimentais Relativas à Internalização no Ordenamento Jurídico Brasileiro dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.....	778
6. Considerações Finais.....	783
<i>Referências</i>	795